



Relatório Anual 2015

ÍNDICE

Mensagem da Diretoria 2015	3
Nossa Governança	4
Números ReckittPrev	5
Educação Financeira – 5 Passos para aprender a economizar	6
Glossário	8
Demonstrações Financeiras	9
Relatório dos Auditores Independentes	15
Parecer Atuarial	17
Resumo do Demonstrativo Financeiro	27
Política de Investimentos	34
Alteração no Regulamento	39
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	40
Ata de Reunião Ordinária da Diretoria Executiva	51
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal	52
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo	52



MENSAGEM DA DIRETORIA 2015

Caro Participante

Fortalecendo o nosso compromisso de apoiá-lo na construção do seu futuro, com a máxima transparência e seguindo as melhores práticas de Governança, apresentamos o Relatório Anual 2015 ReckittPrev.

Trata-se de excelente oportunidade de acompanhar os resultados do seu Plano de Previdência e, também, de conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela Entidade.

Olhando para 2015, verificamos que as turbulências foram mais intensas do que se previa. Ficou evidente a dificuldade do Governo em implementar o ajuste fiscal proposto, o que foi agravado pelo quadro político instável e pelo rebaixamento da nota do Brasil por duas agências de classificação de risco (Fitch e S&P).

A inflação, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechou 2015 em 10,67%, a maior taxa desde 2002 (12,53%). Os preços administrados (principalmente eletricidade, água e combustíveis) foram os maiores responsáveis pela alta.

Na tentativa de conter os efeitos da inflação, a Selic fechou 2015 em 14,25%. A economia brasileira, medida pelo PIB (Produto Interno Bruto) encerrou o ano com recuo de 3,8% na comparação com 2014.

Em meio a este cenário, a ReckittPrev obteve rentabilidade de 8,21% em 2015.





Estamos prontos para novos desafios em 2016, cientes de que o clima de instabilidade deve se manter. Mas investimos fortemente em nossa capacitação e nos inspiramos, dia a dia, na relação de confiança que temos com nossos Participantes e, sobretudo, no objetivo maior, que é o seu futuro.

Conte sempre com a ReckittPrev.

Boa leitura!

A Diretoria

NOSSA GOVERNANÇA

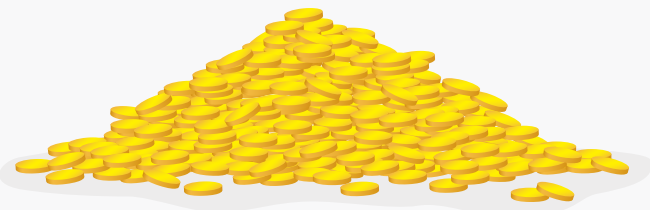
RECKITTPREV		
DIRETORES 	Mauricio Utiyama Superintendente Rosa Hermínia Storoli dos Santos AETQ Marcos Antonio Domingues AETQ	
CONSELHO DELIBERATIVO EFETIVOS	Eduardo Gomes Braga de Magalhães Flavio Fiusa Kakimoto Rodrigo Iwanicki Representante dos Participantes e Assistidos	
SUPLENTES 	Eliana Aparecida Fazzio Jefferson Ferreira Tenca Representante	
CONSELHO FISCAL EFETIVOS	Carlos José dos Santos Presidente Aline Kirsch Maria de Lourdes Jorge Representante	
SUPLENTES 	Priscila Gomes Inácio Kely Yumi Koshima Thiago Bueno Carnellosso Representante	

Eleitos de outubro de 2014 até 2017.

NÚMEROS RECKITTPREV

PATRIMÔNIO

R\$
97.562
MILHÕES



PARTICIPANTES



ATIVOS 717



ASSISTIDOS 62



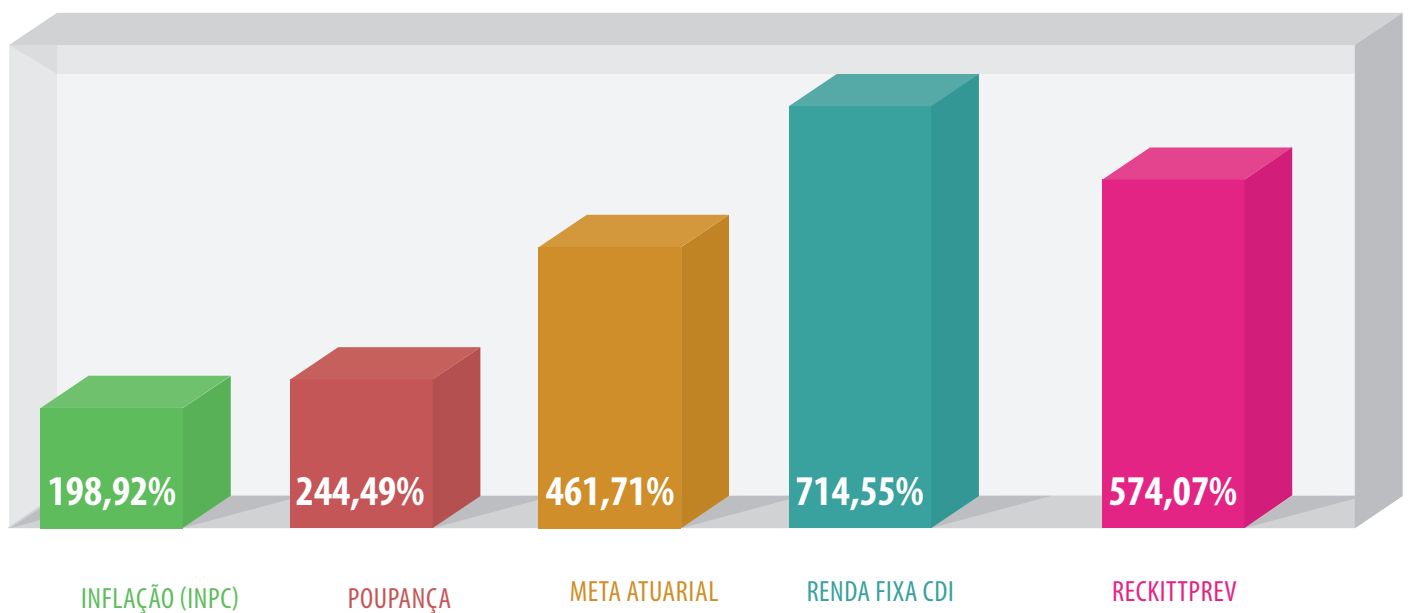
BPD 139



AUTOPATROCINADOS 53

TOTAL
971

RENTABILIDADE LONGO PRAZO



EDUCAÇÃO FINANCEIRA



PASSOS PARA APRENDER A ECONOMIZAR

ECONOMIZAR É UMA PRÁTICA QUE, QUANDO INCORPORADA AO DIA A DIA, TRAZ GRANDES BENEFÍCIOS AO ORÇAMENTO. TODOS DA CASA DEVEM PARTICIPAR, ENCONTRANDO FORMAS DE REDUZIR DESPESAS E ATÉ MESMO O CONSUMO DE ALGUNS ITENS.

CONFIRA O PASSO A PASSO E SINTA OS EFEITOS POSITIVOS NO SEU BOLSO!

1. EVITE COMPRAR POR IMPULSO

Ao fazer sua planilha de orçamento e controlar bem as receitas e despesas, você está dando um grande passo na organização das suas finanças.

Mas só isso não basta! É preciso uma revisão de hábitos, evitando os que podem prejudicar seu bolso. O principal deles é o de comprar por impulso. Um abuso aqui, outro ali, e seu orçamento já sai do controle.

Prepare-se para cada compra, cada decisão de consumo. No supermercado, leve sua lista e procure segui-la criteriosamente. No dia a dia, no geral, faça sempre a pergunta: “Eu realmente preciso comprar isso agora, ou apenas quero?” Este questionamento faz toda a diferença!

2. REVEJA SUAS PRIORIDADES

Ao assimilar o propósito de economizar, você começa a avaliar suas necessidades e muda o foco com relação às prioridades. Passa a abrir mão de alguns hábitos de consumo, para conquistar algo que lhe gere maior satisfação.

Por exemplo: você decide economizar em família e, com o dinheiro, pretende reformar a casa, ou realizar a viagem dos sonhos. Todas as necessidades, por conta disso, são revistas.

3. FAÇA MAIS REFEIÇÕES EM CASA

Você faz suas refeições fora de casa? Costuma pesquisar preços, experimentar outros restaurantes, para ter certeza de que está pagando um preço justo?

Que tal diminuir um pouco a frequência? Experimente preparar algumas refeições em casa no fim de semana, reúna a família e curta os resultados: além do efeito no orçamento, vocês curtirão momentos deliciosos e especiais. Isso sem falar nos benefícios à saúde.

4. OTIMIZE O USO DO CARRO

Experimente usar mais transporte público, revendo percurso e rotina. Consulte os familiares e amigos, para carona ou verifique no trabalho se é possível fazer uso solidário do veículo, dividindo despesas com combustível, estacionamento, etc.

Muitos trajetos podem ser feitos a pé, o que traz benefícios tanto para o bolso quanto para a saúde!

5. ECONOMIZE NO CONSUMO!

Por conta da correria, ou mesmo pela falta de planejamento financeiro, é comum efetuar vários gastos desnecessários e fazer disso um hábito. Você se acostuma com os serviços de TV a cabo, telefonia, internet etc. e nem se preocupa se está pagando muito por eles, se poderia negociar um abatimento na própria operadora, ou mesmo trocar por outros planos mais baratos. Concorda?

O mesmo acontece com a conta de luz. Você pode encontrar formas de economizar, mas acaba deixando a oportunidade passar. O uso da geladeira antiga, que gasta demais, deixar a TV ligada e a luz acesa, mesmo sem ter ninguém usando... hábitos que, se combatidos, podem dar uma grande diferença no seu orçamento.

E não se esqueça de economizar água também: seu bolso e o planeta agradecem!



GLOSSÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – DPT

Demonstração obrigatória que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (fundo administrativo e fundo dos investimentos).

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas administrativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conjunto de demonstrativos financeiros que compõem o Relatório Anual de uma empresa.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistidos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

DESPESA ADMINISTRATIVA

Valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

PARECER ATUARIAL

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data. O atuário expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios. Além disso, faz recomendações expressas conclusões sobre a situação do Plano ou qualquer outro assunto inerente à sua competência.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Sintetiza os objetivos e metodologia na alocação dos recursos de cada um dos planos administrados pela Entidade, em consonância com o disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

O balanço ReckittPrev apresenta a posição do patrimônio da Entidade em 31 de dezembro, sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. Demonstra em seu Ativo os bens e direitos da Entidade, e no Passivo as obrigações e o patrimônio líquido.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014
Disponível	29	37
Realizável	97.796	90.022
Gestão Previdencial	356	616
Gestão Administrativa	54	–
Investimentos	97.386	89.406
Títulos Públicos	22.152	25.541
Fundos de Investimentos	75.234	63.865
TOTAL DO ATIVO	97.825	90.059

(Em milhares de Reais)

Passivo	2015	2014
Exigível Operacional	263	568
Gestão Previdencial	167	471
Gestão Administrativa	93	94
Investimentos	3	3
Patrimônio Social	97.562	89.491
Patrimônio de Cobertura do Plano	92.106	88.309
Provisões Matemáticas	83.448	80.471
Benefícios Concedidos	30.725	30.857
Benefícios a Conceder	52.723	49.614
Equilíbrio Técnico	8.658	7.838
Resultados Realizados	8.658	7.838
Superávit Técnico Acumulado	8.658	7.838
Fundos	5.456	1.182
Fundos Previdenciais	5.119	1.035
Fundos Administrativos	337	147
TOTAL DO PASSIVO	97.825	90.059

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação %
1. Ativos	97.732	89.965	8,63
Disponível	29	37	-21,62
Recebível	693	763	-9,17
Investimento	97.010	89.165	8,80
Títulos Públicos	22.152	25.541	-13,27
Fundos de Investimentos	74.858	63.624	17,66
2. Obrigações	170	474	-64,14
Operacional	170	474	-64,14
3. Fundos não Previdenciais	337	147	129,25
Fundos Administrativos	337	147	129,25
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	97.225	89.344	8,82
Provisões Matemáticas	83.448	80.471	3,69
Superávit/Déficit Técnico	8.658	7.838	10,46
Fundos Previdenciais	5.119	1.035	394,59
6. Apuração do Equilíbrio Ajustado	8.658	7.838	10,46
a) Equilíbrio Técnico	8.658	7.838	10,46
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	8.658	7.838	10,46



As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação %
A. Ativo Líquido – início do Exercício	89.344	84.131	6,20
1. Adições	16.332	14.763	10,63
(+) Contribuições	5.544	6.477	-25,41
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	10.788	8.286	30,20
2. Destinações	(8.451)	(9.550)	-11,51
(-) Benefícios	(6.557)	(8.922)	-26,51
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(1.181)	(628)	88,06
(-) Custeio Administrativo	(713)	–	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.881	5.213	51,18
(+) Provisões Matemáticas	2.977	7.689	61,28
(+/-) Fundos Previdenciais	4.084	(2.931)	-239,34
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	820	455	80,22
B. Ativo Líquido – final do Exercício (A+3)	97.225	89.344	8,82
C. Fundos não Previdenciais	337	147	129,25
(+) Fundos Administrativos	337	147	129,25

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação %
A. Patrimônio Social – início do Exercício	89.491	84.152	6,34
1. Adições	16.646	15.041	10,67
(+) Contribuições Previdenciais	4.831	5.849	-17,40
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	10.788	8.286	30,20
(+) Receitas Administrativas	992	896	10,71
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	35	10	250,00
2. Destinações	(8.575)	(9.702)	11,62
(-) Benefícios	(6.557)	(8.922)	-26,51
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(1.181)	–	100,00
(-) Despesas Administrativas	(837)	(780)	7,18
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	8.071	5.339	51,17
(+) Provisões Matemáticas	2.977	7.689	61,28
(+) Superávit/Déficit Técnico	820	455	80,22
(-) Fundos Previdenciais	4.084	(2.931)	-239,34
(+) Fundos Administrativos	190	126	50,79
B. Patrimônio Social – final do Exercício (A+3)	97.562	89.491	9,02

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Varição %
A) Fundo Administrativo do Exercício anterior	147	22	568,18
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.027	905	13,48
1.1. Receitas	1.027	905	13,48
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	712	627	13,56
Custeio Administrativo dos Investimentos	280	268	4,48
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	35	10	250,00
2. Despesas Administrativas	837	780	7,31
2.1. Administração Previdencial	557	512	8,79
Pessoal e Encargos	155	121	28,10
Treinamentos/congressos e seminários	15	15	–
Viagens e estadias	5	–	100,00
Serviços de terceiros	307	316	-2,85
Despesas gerais	18	11	63,64
Tributos	57	49	16,33
2.2. Administração dos Investimentos	280	268	4,48
Serviços de Terceiros	280	268	4,48
3. Constituição/Reversões de Contingências Administrativas	–	–	–
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	–	–	–
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	–	–	–
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	190	125	52,00
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	190	125	52,00
8. Operações Transitórias	–	–	–
B) Fundo Administrativo do Exercício atual (A+5)	337	147	129,25

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Varição %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	97.395	89.815	8,44
1. Provisões Matemáticas	83.448	80.471	3,70
1.1. Benefícios Concedidos	30.725	30.857	-0,43
Contribuição Definida	4.458	3.218	38,53
Benefício Definido	26.267	27.639	-4,96
1.2. Benefícios a Conceder	52.723	49.614	6,27
Contribuição Definida	51.019	46.844	8,91
Saldo de Contas – parcela Patrocinadores	25.853	23.721	8,99
Saldo de Contas – parcela Participantes	25.166	23.123	8,84
Benefício Definido	1.704	2.770	-38,48
2. Equilíbrio Técnico	8.658	7.838	10,46
2.1. Resultados Realizados	8.658	7.838	10,46
Superávit Técnico Acumulado	8.658	7.838	10,46
Reserva de contingência	5.594	7.838	-28,63
Reserva para a revisão de Plano	3.064	–	100,00
3. Fundos	5.119	1.035	394,59
3.1. Fundo Previdencial	5.119	1.035	394,59
4. Exigível Operacional	170	471	-63,91
4.1. Gestão Previdencial	167	471	-44,16
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	3	–	100,00



As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Conselheiros, Diretores, Associados e Patrocinadores da
ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária
São Paulo – SP

1. ESCOPO DOS EXAMES

Auditamos as Demonstrações Financeiras da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do Patrimônio Social e do Plano de Gestão Administrativa, bem como das demonstrações, por Plano de Benefícios, do Ativo Líquido, da mutação do Ativo Líquido, do Plano de Gestão Administrativa e das Provisões Técnicas do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que reque-

rem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. OPINIÃO

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por Plano de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

São Paulo, 22 de março de 2016.

Fernando Motta & Associados

Auditores Independentes

CRCMG – 757

Fernando Campos Motta

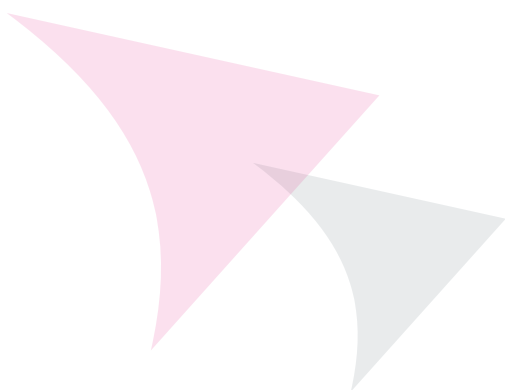
Contador

CRCSP 1MG – 0091.109/S-SP

Nilton José Ribeiro

Contador

CRCSP 1MG 0043.491/S-SP



PARECER ATUARIAL

5 DE ABRIL DE 2016

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios II da ReckittPrev (CNPB nº 1999.0039-18), administrado pela Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária (CNPJ nº 57.756.371/0001-15), apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda., em 31 de dezembro de 2015.

Registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2015.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas e demonstradas de forma comparativa com o exercício anterior nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

Descrição	2014	2015
Número	662	717
Idade Média (anos)	39,8	39,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	10,9	9,9
Tempo Médio de Contribuição (anos)	10,7	9,7
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	20,2	20,9
Salário Mensal Médio (R\$)	5.463	5.927
Folha Anual de Salários (R\$) -12x	43.396.485	50.933.031

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

Descrição	2014	2015
Número	58	53
Idade Média (anos)	39,8	40,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	5,9	6,1
Tempo Médio de Contribuição (anos)	8,4	10,4
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	20,2	19,9
Salário Mensal Médio (R\$)	12.295	13.959
Folha Anual de Salários (R\$) -12x	8.557.018	8.877.678

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO – BPD

Descrição	2014	2015
Número	128	139
Idade Média (anos)	39,7	39,7
Benefício Mensal Médio (R\$)	(*)	(*)

(*) O valor do Benefício do Participante que optou pelo BPD será determinado na data de sua concessão.

Não contempla 2 Participantes na situação de BPD pelas regras anteriores do Plano, já elegíveis ao recebimento do Benefício pelo Plano.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

Descrição	2014	2015
Aposentados		
Número	45	53
Idade Média (anos)	70,8	69,8
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.507	4.008
Aposentados Inválidos		
Número	–	–
Idade Média (anos)	–	–
Benefício Mensal Médio (R\$)	–	–
Beneficiários		
Número	10	9
Idade Média (anos)	74,4	79,4
Benefício Mensal Médio (R\$)	2.230	2.464
Total		
Número	55	62
Idade Média (anos)	71,4	71,2
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.160	3.784

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2015, tendo sido desprezados os centavos. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios,

devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,56% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	3,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Baseada na idade do Participante: $(2/\text{idade do Participante}) - 0,04 \times 400\%$
Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944 modificada
Outras hipóteses biométricas utilizadas	O Participante tem 100% de probabilidade de optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido no desligamento

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 e Rendas Vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados, na data desta avaliação. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na moda-

lidade Benefício Definido implica na redução gradativa da parcela do Patrimônio para Cobertura do Plano exposta a riscos (cerca de 34% em 31/12/2015).

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos concentram-se na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela Patrocinadora e por estudos específicos realizados em para o encerramento do exercício de 2015, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,56% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício, compreendido entre 3,68% a.a. e 5,65% a.a., para planos com 10 anos de duration das obrigações.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 4,20% a.a. para 5,56% a.a..

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou na redução de R\$ 3.985.056 (12,47%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano. Foram desprezados os centavos.

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi a Capitalização Financeira Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto o Benefício Mínimo e as garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte do Participante

Ativo, que foram avaliados pelo Método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior. Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios II da Reckitt.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária posicionados em 31/12/2015.



Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	97.562.340,21
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	92.105.748,16
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	83.447.925,18
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	30.725.348,61
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	4.457.958,61
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	4.457.958,61
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	26.267.390,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	23.514.998,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	2.752.392,00
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	52.722.576,57
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	51.018.773,65
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	25.852.500,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Parcela Participantes	25.166.273,65
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	7.376,92
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	7.376,92
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.696.426,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.696.426,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	8.657.822,98
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	8.657.822,98

[...]

[...]

Conta	Nome	R\$
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	8.657.822,98
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	5.594.238,58
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	3.063.584,40
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	5.456.592,05
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	5.119.012,03
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	325.150,52
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	4.793.861,51
2.3.2.1.02.00.01	- Parcela de Participantes Ativos destinada em 2010	53.600,41
2.3.2.1.02.00.02	- Parcela de Participantes Ativos destinada em 2011	132.895,00
2.3.2.1.02.00.03	- Parcela de Participantes Ativos destinada em 2015	1.360.664,52
2.3.2.1.02.00.04	- Parcela de Patrocinadora destinada em 2015	2.418.394,86
2.3.2.1.02.00.05	- Parcela de Participantes Assistidos destinada em 2015	828.306,72
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	337.580,02
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	0,00

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefícios II da ReckittPrev vigente em 31 de dezembro de 2015, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Benefícios II da ReckittPrev no exercício de 2015.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados – assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes à pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios II da ReckittPrev ava-

liado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária. Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano de Benefícios II da ReckittPrev mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2015 se deve à alteração na hipótese de taxa de juros real.

VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2014.

Os principais fatores que levaram ao crescimento do Superávit em 31 de dezembro de 2015 foram a rentabilidade auferida pela parcela de Benefício Definido do Plano (17,16%) ter sido superior à meta atuarial (15,95%) e a alteração da hipótese de taxa de juros real de 4,20% a.a. para 5,56% a.a., portanto, o resultado do exercício possui componentes de natureza conjuntural (rentabilidade no exercício) e estrutural (alteração da hipótese de taxa de juros real).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,00 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2014. A aplicação do disposto na legislação supracitada resultou na redução da Reserva de Contingência de 25% para 20% em 31 de dezembro de 2015.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

Uma vez que o Conselho Deliberativo da Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária optou pela destinação voluntária do valor alocado na Reserva Especial, após comunicação à Patrocinadora do Plano, para identificação do montante a ser destinado, em atendimento ao § 2º do Art. 9º da Resolução CGPC 26/2008, foi efetuada avaliação atuarial das Provisões Matemáticas com as premissas de tábua de mortalidade geral AT-2000, suavizada em 10%, e taxa de juros real de 4,65% (um ponto percentual abaixo de 5,65%, o limite máximo do intervalo estabelecido pela PREVIC, considerando a duração do passivo deste Plano), que resultou em valor de Reserva para Revisão de Plano no montante de R\$ 4.607.366,10. Anteriormente a destinação do valor apurado, em atendimento ao Artigo 11-A da Resolução CGPC nº 26/2008, foi calculada a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Informamos que não foram feitas deduções no valor da Reserva para Revisão de Plano, uma vez que esta diferença resultou em um valor positivo no montante de R\$ 1.508.383,24.

Portanto, do valor total da Reserva de Revisão de Plano de R\$ 7.670.950,50 em 31/12/2015, o montante de R\$ 4.607.366,10 foi transferido para o Fundo Previdencial de Revisão do Plano, tendo sido rateado entre Patrocinadoras e Participantes, observando a proporção contributiva em relação às contribuições normais constantes no Plano de Custeio das Demonstrações

Atuariais e Relatórios com os Resultados das Avaliações Atuariais dos exercícios de 2012 a 2015, período em que foi apurado o superávit excedente a Reserva de Contingência, conforme demonstrado no quadro abaixo:

(Em %)

Contribuição Normal	2012	2013	2014	2015	Total	Proporção Contributiva
Participante	4,17	4,03	2,54	5,48	16,22	48
Patrocinadora	4,68	5,42	5,08	2,74	17,92	52
Total	8,85	9,45	7,62	8,22	34,14	100

Esclarecemos que o rateio do Fundo Previdencial de Revisão do Plano entre os participantes poderá ser feito a partir da proporção da reserva matemática individual ou do benefício efetivo ou projetado atribuível a cada um deles.

Conforme já mencionado neste parecer e por decisão do Conselho Deliberativo da Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, os recursos do Fundo Previdencial de Revisão do Plano serão utilizados na redução das contribuições dos participantes ativos e patrocinadora e, uma vez que esta decisão não alcança os participantes assistidos pelo Plano, a entidade promoverá a melhoria de benefícios, conforme previsão regulamentar.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar relativo à retirada de patrocínio da Recplaste, no montante equivalente a R\$ 33.117,09 em 31/12/2015, deverá ser mantido à disposição dos participantes envolvidos neste processo, observando-se o prazo de prescrição do compromisso de retirada. O saldo remanescente, no valor de R\$ 292.033,43, foi constituído com as contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano e, conforme previsão regulamentar do Plano, poderá ser utilizado pela patrocinadora para financiar contribuições devidas no exercício de 2016, inclusive àquelas destinadas à cobertura das despesas administrativas, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão de Plano, constituídos com os recursos provenientes das destinações da Reserva Especial para Revisão de Plano nos exercícios de 2010, 2011 e 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2016, sem que haja impacto ao equilíbrio do Plano, observando-se nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 e suas alterações posteriores.

5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

CUSTOS

Por se tratar de Plano constituído na modalidade Contribuição Variável, cujos compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido encontram-se integralizados, o custo do Plano será majoritariamente estabelecido com base no nível de adesão dos participantes e no somatório das contribuições individuais resultantes da aplicação dos dispositivos regulamentares.

Foi adotado o método atuarial de Capitalização Financeira Individual para a avaliação do Benefício Programado. Os compromissos relativos às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 foram apurados pelo método Agregado, o qual prevê o redimensionamento anual do custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores. Este método resulta num custo nivelado ao longo do tempo.

A seguir, apresentamos os custos segregados entre os diferentes tipos de coberturas:

Descrição	Custo em % da folha de salário de participação	Custo em R\$ de 31/12/2015
Benefício Programado (parcela CD)	8,25	4.202.356
Benefícios de Risco (parcela BD)	–	–
Total do Custo Normal	8,25	4.202.356
Despesas Administrativas	1,20	612.100
Custo Total	9,45	4.814.456
Folha Anual de Salário de Participação – 12x		50.933.031

As reservas destinadas ao custeio dos compromissos relativos aos Benefícios de Risco (garantias de Invalidez e Pensão por Morte de Ativo) encontram-se integralizadas em 31/12/2015, razão pela qual não há previsão de aportes para a cobertura deste compromisso.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2015, sendo desprezados os centavos. Ressaltamos que durante o ano de 2016, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo. Não houve alteração nos custos projetados para o exercício de 2016, quando comparados aos projetados para o exercício de 2015, visto que os benefícios do Plano estruturados na modalidade de benefício definido encontram-se integralizados.

A variação observada no custeio da parcela de Contribuição Definida reflete o nível de participação ao Plano e decorre da aplicação dos dispositivos regulamentares do Plano.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios II da ReckittPrev com base nos seguintes níveis:

• Patrocinadora

A Patrocinadora deverá efetuar contribuições de acordo com o Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

Descrição	Custo em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Benefício Programado	5,50	2.801.571
Benefícios de Risco	–	–
Total de Benefícios	5,50	2.801.571
Administração	1,20	612.100
Total	6,70	3.413.671

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,70% da folha de salário de participação ou R\$ 3.413.671, em moeda de 31/12/2015, desprezando os centavos.

De acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo e conforme prevê o Regulamento do Plano de Benefícios II, o Fundo Previdencial – Reversão por Exigência Regulamentar poderá financiar parte das contribuições devidas pela patrocinadora no exercício de 2016.

- **Participantes Ativos**

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,75% do salário ou R\$ 1.400.785, em moeda de 31/12/2015, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

- **Participantes Autopatrocinados**

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 1,20% do Salário de Participação, limitado a 35% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

- **Participantes em Benefício Proporcional Diferido**

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuição anual para cobertura das despesas administrativas de 50% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2016.

6. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefícios II da ReckittPrev da Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária está superavitário em 31/12/2015.

O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

O valor do superávit excedente a Reserva de Contingência foi contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano e, parcela desta Reserva Especial, apurada conforme legislação vigente, será destinada no exercício de 2016, de forma voluntária por decisão do Conselho De-

liberativo da Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, aos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, tendo sido transferida para o Fundo de Revisão do Plano.

Cabe ao Conselho Deliberativo deliberar acerca das medidas, prazos, valores e condições para a utilização deste Fundo, respeitando-se os termos da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008 e suas alterações posteriores.

São Paulo, 5 de abril de 2016.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Mauro Machado Pereira

MIBA nº 631



RESUMO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

(Em milhares de Reais)

Segmentos	Dezembro/2015	%	Dezembro/2014	%
Renda Fixa	79.349	81,45	79.301	88,66
Renda Variável	13.213	13,56	10.094	11,29
Estruturados	2.215	2,27	-	-
Exterior	2.641	2,71	-	-
A Pagar e Receber			45	0,05
Total	97.418	100,00	89.440	100,00

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA ENTIDADE

(Em milhares de Reais)

Segmentos	Dezembro/2015	%	Dezembro/2014	%
Renda Fixa	78.974	81,38	79.060	88,63
Renda Variável	13.213	13,62	10.094	11,32
Estruturados	2.215	2,28	-	-
Exterior	2.641	2,72	-	-
A Pagar e Receber			45	0,05
Total	97.043	100,00	89.199	100,00

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ENTIDADE

(Em milhares de Reais)

Segmentos	Dezembro/2015	%	Dezembro/2014	%
Renda Fixa	376	100,00	241	100,00
Renda Variável	-	-	-	-
Estruturados	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-
Total	376	100,00	241	100,00

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – PLANO DE BENEFÍCIOS

ENTIDADE: 878 – RECKITTPREV

PLANO DE BENEFÍCIOS: 1999003918 – PLANO DE BENEFÍCIOS II

MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2015

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	97.035.896,77
Total Recursos do Plano (Fonte: Balancete)	97.035.896,79
Diferença	0,02

Demonstrativo de Investimentos – Carteira Própria – Total	22.178.163,62
Depósitos	29.338,53
Títulos Públicos	22.151.972,66
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	-3.147,57
Exegível Contingencial/Investimentos	0,00



Demonstrativo de Investimentos – Fundos (1º Nível) – Total		74.857.733,13
07.892.298/0001-30		4.515.251,35
05.092.264/0001-36		13.213.224,10
09.087.708/0001-04		17.858.931,85
09.087.314/0001-48		175.842,49
12.029.811/0001-02		2.572.235,68
05.092.294/0001-42		22.113,52
07.895.034/0001-30		7.046.464,51
15.477.891/0001-49		600.648,37
07.894.727/0001-09		3.023.867,75
17.453.850/0001-48		2.214.578,07
19.831.126/0001-36		2.640.504,18
07.895.082/0001-29		471.613,29
07.895.087/0001-51		709.658,39
22.773.440/0001-14		151.344,45
15.477.891/0001-49		7.619.202,85
06.342.396/0001-31		717.306,12
09.241.816/0001-81		991.109,50
09.241.756/0001-05		624.516,43
08.757.704/0001-15		2.721.338,18
71.586.432/0001-74		6.967.981,95

Observações:

- Os recursos dos Planos administrados pela EFPC são formados pelos Ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os Patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a. O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b. O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos Ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE: 878 – RECKITTPREV
 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
 MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2015

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	375.813,38
Total Recursos do Plano (Fonte: Balancete)	375.813,38
Diferença	0,00

Demonstrativo de Investimentos – Carteira Própria – Total	0,00
Depósitos	0,00
Títulos Públicos	0,00
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

Demonstrativo de Investimentos – Fundos (1º Nível) – Total	375.813,37
71.586.432/0001-74	375.813,37

Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos Ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a. O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b. O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos Ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DA ENTIDADE POR SEGMENTO ⁽¹⁾

(Em %)

Segmentos	2015
Renda Fixa - PGA	13,62
Benchmark ⁽²⁾ : 100% SELIC	13,27
Renda Fixa - Plano de Benefícios	13,66
Benchmark ⁽²⁾ : 32% (INPC + 6% a.a.) + 48% (SELIC) + 15% (IMA-B) + 5% (IRFM)	13,81
Renda Variável - Plano de Benefícios	-11,53
Benchmark ⁽²⁾ : 100% (IBX)	-12,41
Estruturados - Plano de Benefícios	8,86 ⁽³⁾
Benchmark ⁽²⁾ : 100% (INPC + 6% a.a.)	13,79 ⁽³⁾
Exterior - Plano de Benefícios	49,37 ⁽³⁾
Benchmark ⁽²⁾ : 100% (INPC + 6% a.a.)	13,79 ⁽³⁾
Consolidado - Plano de Benefícios	11,15
Benchmark ⁽²⁾ : 30% (INPC + 6% a.a.) + 39% (SELIC) + 12% (IMA-B) + 4% (IRFM) + 15% (IBX)	9,92
Meta Atuarial: 100% (INPC + 4% a.a.)	15,72

⁽¹⁾ Esta rentabilidade não reflete a remuneração dos recursos dos participantes, por ser bruta. Possui como objetivo avaliar os investimentos da Entidade.

⁽²⁾ Termo usado para definir o índice que serve como parâmetro para comparação dos investimentos.

⁽³⁾ Rentabilidade de Março de 2015 a Dezembro de 2015.

LIMITES DE ALOCAÇÃO VS. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE ⁽¹⁾

(Em %)

Segmentos	Alocação Atual	Política de Investimentos		Resolução 3792
		Mínimo	Máximo	(Legislação)
Renda Fixa	81,45	70,00	100,00	100,00
Renda Variável	13,56	0,00	20,00	70,00
Estruturados	2,27	0,00	5,00	20,00
Exterior	2,71	0,00	5,00	10,00

⁽¹⁾ O Plano de Gestão Administrativa deve alocar a totalidade dos recursos no segmento de Renda Fixa, conforme determinado pela Política de Investimentos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(Em Reais)

Despesas Administrativas 2015	
Salários	154.796,96
Treinamentos, Congressos/Seminários	15.192,00
Informática	236,58
Viagens e Estadias	4.423,17
Gestão e Planejamento Estratégico	27.110,89
Consultoria Atuarial	27.069,96
Consultoria Contábil e Seguridade	202.586,72
Consultoria Jurídica e Riscos	29.746,65
ABRAPP, ANCEP, CRC	0,00
Auditoria	20.300,00
Reembolso de Despesas/Despesas Diversas	3.646,25
PIS/COFINS	47.741,96
TAFIC	6.750,00
Gráfica e Relatório Anual	9.546,00
Impostos Municipais	2.274,46
TFE	2.452,00
Encadernação	0,00
Despesas com transporte e alimentação	283,29
Cartórios	324,86
Juros e Multas	2.242,03
TOTAL	556.723,78

CUSTOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS RECURSOS

(Em Reais)

Tipo	Acumulado 2015
Taxa de Administração (carteira)	208.742
Taxa de Administração (inflação)	0
Consultoria	57.231
CETIP	13.973
Selic	-145
TOTAL	279.801

RECURSO COM GESTÃO TERCEIRIZADA

(Em milhares de Reais)

Gestor de Recursos	Valor Total	%	Plano de Benefícios	PGA
WESTERN	84.991	87,27	84.991	-
HSBC	12.395	12,73	12.019	376
Total ⁽¹⁾	97.386	100,00	97.010	376

⁽¹⁾ Este total não contempla os valores a pagar e receber e em caixa.

MODALIDADE DE APLICAÇÃO

(Em milhares de Reais)

	Entidade	Plano de Benefícios	PGA
Renda Fixa	79.349	78.973	376
Carteira	22.152	22.152	-
Fundos de Investimentos	57.165	56.789	376
Valores a Pagar/Receber	3	3	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Caixa (Administrado + Própria)	29	29	-
Estruturados	2.215	2.215	-
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	2.215	2.215	-
Valores a Pagar/Receber	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Exterior	2.641	2.641	-
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	2.641	2.641	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Caixa (Administrado + Própria)	-	-	-
Renda Variável	13.213	13.213	-
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	13.213	13.213	-
Valores a Pagar/Receber	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Total do Patrimônio da Entidade	97.418	97.042	376

Informamos que, em 2015, os resultados apurados nos investimentos dos ativos da Reckittprev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, estão em consonância com a Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho da Entidade e divulgada aos participantes. A alocação dos ativos entre os segmentos respeita os limites de aplicação previstos na Resolução CMN nº 3792, de 24/09/2009 e posteriores alterações.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

CÓDIGO: 878

SIGLA: RECKITTPREV

PLANO DE BENEFÍCIOS: 1999003918 – PLANO DE BENEFÍCIOS II

EXERCÍCIO: 2015

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento – Período de Referência: 01/2015 a 12/2015				
Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
39,00	Plano	100,00	SELIC	0,00
12,00	Plano	100,00	IMA-B	0,00
4,00	Plano	100,00	IRF-M	0,00
15,00	Plano	100,00	IBrX	0,00
30,00	Plano	100,00	INPC	6,00
48,00	Renda Fixa	100,00	SELIC	0,00
15,00	Renda Fixa	100,00	IMA-B	0,00
5,00	Renda Fixa	100,00	IRF-M	0,00
32,00	Renda Fixa	100,00	INPC	6,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Investimentos	100,00	INPC	6,00
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	INPC	6,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata: Null

Data: 31/12/2014

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Plano	Marcos Antonio Domingues	815.239.558-72	Diretor

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Contraparte; Risco Legal; Risco Operacional; Outros.

Realiza o apreçamento de Ativos Financeiros: Sim
Possui modelo proprietário de Risco: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim

Dispõe de Manual: Sim
Dispõe de Manual: Não

Observação:

1. O apreçamento dos Ativos financeiros é realizado por instituições terceirizadas.
2. Foi desenvolvido estudo de "cash flow matching" para a parcela de renda vitalícia do Plano.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

(Em %)

Período de Referência: 01/2015 a 12/2015			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	70,00	100,00	80,00
Renda Variável	0,00	20,00	15,00
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	2,50
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	2,50

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Não

Observação:

1. Todas as operações com derivativos devem observar o disposto na legislação vigente.
2. Os princípios de responsabilidade socioambiental serão observados, sempre que possível.

PERFIS DE INVESTIMENTO

O Plano possui Perfis de Investimento? Não

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

(Em %)

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	10,00	
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FIC FIDC	0,00	10,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico – SPE	0,00	10,00	
FI/FIC FI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00	

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

(Em %)

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do Capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Índice referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00	25,00	
% do Patrimônio separado de certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

(Em %)

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário			x

RENTABILIDADE

(Em %)

Plano/Segmento	2013	1º Sem 2014	2015	Não Aplica
Plano	1,17	6,48	13,33	
Renda Fixa	2,18	7,00	12,81	
Renda Variável	-2,54	1,89	15,84	
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	19,34	
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	8,90	
Imóveis				x
Operações com Participantes				x

Observação:

1. A Entidade passou a apurar a rentabilidade dos investimentos através da cota.
2. Os Investimentos Estruturados e no Exterior foram efetuados ao longo de 2015, mais especificamente em meados de fevereiro.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

CÓDIGO: 878

SIGLA: RECKITTPREV

PLANO DE BENEFÍCIOS: 9970000000 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIO: 2015

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento – Período de Referência: 01/2016 a 12/2016				
Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100,00	Plano	100,00	SELIC	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	SELIC	0,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata: Null

Data: 30/12/2014

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Plano	Marcos Antonio Domingues	815.239.558-72	Diretor

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Contraparte; Risco Legal; Risco Operacional; Outros.

Realiza o apreçamento de Ativos Financeiros: Sim

Dispõe de Manual: Sim

Possui modelo proprietário de Risco: Não

Dispõe de Manual: Não

Realiza Estudos de ALM: Não

Observação:

1. O apreçamento dos Ativos financeiros é realizado por instituições terceirizadas.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

(Em %)

Período de Referência: 01/2015 a 12/2015			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
 Utiliza derivativos? Sim
 Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
 Existência de sistemas de controles internos? Não

Observação:

1. Todas as opções com derivativos devem observar o disposto na legislação vigente.
2. Os princípios de responsabilidade socioambiental serão observados, sempre que possível.

PERFIS DE INVESTIMENTO

O Plano possui Perfis de Investimento? Não

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

(Em %)

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	10,00	
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FIC FIDC	0,00	10,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			x
Sociedade de Propósito Específico – SPE			x
FI/FIC FI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			x

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

(Em %)

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do Capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Índice referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			x
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados			x
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior			x
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			x
% do Patrimônio separado de certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

(Em %)

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário			x

RENTABILIDADE

(Em %)

Plano/Segmento	2013	1º Sem 2014	2015	Não Aplica
Plano	1,97	5,46	12,47	
Renda Fixa	4,44	5,46	12,47	
Renda Variável	-10,20	0,00	0,00	
Investimentos Estruturados				x
Investimentos no Exterior				x
Imóveis				x
Operações com Participantes				x

Observação:

1. A Entidade passou a apurar a rentabilidade dos investimentos através da cota.

ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO

Não houve alteração no Regulamento do Plano em 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ReckittPrev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de sua Patrocinadora, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como Patrocinadora a Reckitt Benckiser Ltda. O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.979, do Ministro do Trabalho e Previdência Social (MTPS), atual Ministro da Previdência Social – MPS, de 08/04/1987, por prazo indeterminado.

A finalidade da Entidade é instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária aos funcionários, diretores e beneficiários da Patrocinadora, nos termos do Regulamento Básico e Regulamentos Complementares da entidade.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, de contribuições da patrocinadora, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A ReckittPrev possui apenas um plano de benefícios ativo na modalidade contribuição variável, denominado Plano de Benefícios II.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, especificamen-

te a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar – SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observada as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis a Entidade são Previdencial e Administrativa.

Em 19 de novembro de 2014 o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução nº 16, alterou a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011 passando o item IV do Anexo B a vigorar com a redação constante do Anexo a esta Resolução, criando o quadro de informações complementares para a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios. Esta resolução entrou em vigor na data de sua publicação e produziu os efeitos de forma facultativa e a critério



da Entidade, a partir desta data, e de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Foram promovidas as seguintes alterações:

- Balanço Patrimonial a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos”, visando a adequar às recentes informações exigidas pela Receita Federal na Escrituração Contábil Digital (ECD);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), foi incluída a rubrica “Tributos” bem como foi reposicionada a rubrica “Contingências”. Para a rubrica “Tributos” foi reposicionado em 2014 uma parte do valor alocado em despesas gerais, para fins de comparação;
- Demonstração do Ativo Líquido (DAL) a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos” e a evidenciação do “Equilíbrio Técnico” para a Entidade que registra “ajuste de precificação”;
- Demonstração do Patrimônio Social (DMPS) e na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), foram inseridas informações do referido valor em adições, destinações e acréscimos para os “resultados a realizar”.

Da mesma forma, foi solicitado o aprimoramento da evidência destas informações nas Notas Explicativas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

(a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

(b) Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Investimentos – Ativo

(c.1) Títulos de renda fixa e renda variável

O Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do período.

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores e CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de

acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** – registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

No ativo realizável – Investimento, estão incluídas todas as aplicações de recursos da Entidade. As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- **Renda Fixa:** Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço. As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.
- **Renda Variável:** Quotas de fundos de investimentos de renda variável: estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerra-

mento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CE-TIP), por meio do Banco Bradesco S.A., encarregados pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A Entidade não possui em sua composição de investimentos, ativos sem cotação no mercado de ativo constantes do laudo de avaliação econômica que justifique a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

(d) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos

participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

(e) Patrimônio Social

(e.1) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas por consultores atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

As provisões relativas a benefícios a conceder, em sua maioria, representam o montante dos saldos de contas individuais dos participantes na data do balanço.

(e.2) Equilíbrio Técnico

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

(e.3) Fundos

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor da conta de patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e pelo valor resultante da Reservas Especial para Revisão do Plano.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pelas Patrocinadoras, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade dos planos.

(f) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC

nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução da Secretaria de Previdência Complementar – SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefícios previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos. As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Específicas:** Alocadas diretamente ao plano que as originou; e
- **Despesas Comuns:** Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.



4. DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista reconhecidos por seus valores em moeda nacional na seguinte instituição financeira:

	2015	2014
Imediato		
Banco Santander	27	35
Western	2	2
Total do Disponível	29	37

5. REALIZÁVEL

5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pelos Patrocinadores e Participantes.

	2015	2014
Recursos a receber		
Contribuição do mês – Patrocinadoras	207	–
Contribuição do mês – Participantes	149	131
Outros realizáveis	–	485
Total da Gestão Previdencial	356	616

5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa e são compostos conforme segue:

	2015	2014
Contas a receber		
Contribuição para custeio – Patrocinadoras	53	–
Tributos a compensar	1	–
Total da Gestão Administrativa	54	–

5.3. INVESTIMENTOS

(a) Composição da carteira:

A carteira está representada por fundos de investimentos em renda fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	Valor Contábil e de Mercado	
	2015	2014
TÍTULOS PRIVADOS	75.234	63.865
RENDA FIXA	52.036	49.198
Quotas de fundos de investimento	29.486	30.556
HSBC FI RF Reno	2.721	3.604
HSBC FI RF AMAZONAS	991	1.317
HSBC FI RF MULTI 4	717	717
HSBC FI RF VOLGA	625	630
Citi – INFL_II_21	22	-
Citi – Inflation Tot38	7.046	13.438
Citi – SOVE IV 9	601	2.035
Citi - US_INDEX_07	2.215	-
Citi – P_INFL_LTD15	472	-
Citi – P_INFL_PLU11	710	-
Citi – 095 FI RF_11	151	-
Citi – WA_PREVFIX24	3.024	4.805
Citi – SOVE_IV_33	7.619	1.689
Citi – Prev. Struc 10	2.572	2.321
Fundos Aplic. em quotas de fundo de investimento	22.550	18.594
Citi – Prev. Credit 29	17.859	13.638
Citi – Inflation Imp. 10	176	157
Citi – Prev Fix FI19	4.515	4.799
Fundos de Investimentos Western a Receber	-	48
AÇÕES	15.854	10.094
Citi – IBRX_ACOES16	13.213	10.094
Citi – WA_BDR_NI_08	2.641	-
MULTIMERCADO	7.344	4.573
Citi – HSBCMULT	7.344	4.573
TÍTULOS PÚBLICOS	22.152	25.541
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	22.152	25.541
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	97.386	89.406

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou a maior parte sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício. As NTN’s foram classificadas, em sua maioria como títulos para serem mantidos até o vencimento.

As aplicações em fundos de renda fixa e de renda variável não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatados a qualquer tempo, observadas as políticas de investimentos e rentabilidade. As NTN’s possuem vencimentos que variam de 05/2015 a 05/2017.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2015	2014
Retenções a recolher	156	28
Outras exigibilidades (*)	11	443
Total de Gestão Previdencial (*)	167	471

(*) Outras exigibilidades refere-se as transferências entre RMV e RM, valor a receber no ativo.

6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2015	2014
Contas a pagar		
Serviços de terceiros	84	90
Tributos a recolher	9	4
Total de Gestão Administrativa	93	94

6.3. INVESTIMENTOS

	2015	2014
Relacionado com o disponível	3	3
Total de Investimentos	3	3

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pelo atuário contratado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.



Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada. Porém o aumento efetivo nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2015 se deve à alteração na hipótese de taxa de juros real.

7.2. EQUILIBRIO TÉCNICO

A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2014.

Os principais fatores que levaram ao crescimento do Superávit em 31 de dezembro de 2015 foram a rentabilidade auferida pela parcela de Benefício Definido do Plano (17,16%) ter sido superior à meta atuarial (15,95%) e a alteração da hipótese de taxa de juros real de 4,20% a.a. para 5,56% a.a., portanto, o resultado do exercício possui componentes de natureza conjuntural (rentabilidade do exercício) e estrutural (alteração da hipótese de taxa de juros real).

A Reserva de Contingência foi constituída de acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008 alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 que determina que o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo contábil})] \times \text{Provisão Matemática}$.

O excesso de superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

Uma vez que o Conselho Deliberativo optou pela destinação voluntária do valor alocado em Reserva Especial, foi efetuada avaliação atuarial que resultou na nova Reserva Especial para Revisão do Plano, sendo uma parte revertida para o Fundo Previdencial de Revisão do Plano, tendo sido rateado entre Patrocinadoras e Participantes, observando a proporção contributiva em re-

lação às contribuições normais constantes no Plano de Custeio das Demonstrações Atuariais dos exercícios de 2012 a 2015, período em que foi apurado o superávit excedente a Reserva de Contingência.

7.3. FUNDOS

O Fundo da Gestão Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é composto pelas parcelas de contribuições das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento, esta parte do fundo tem a finalidade de assegurar a manutenção dos pagamentos dos benefícios previstos no Plano e minimizar os impactos de possíveis oscilações de caráter financeiro ou atuarial, podendo ser utilizado para compensação de contribuições futuras de Patrocinadora, observada a legislação aplicável, desde que prevista no plano de custeio anual, baseado em parecer atuarial, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo. Há uma outra parcela relativo à retirada de patrocínio da Recplaste, este deverá ser mantido à disposição dos participantes envolvidos neste processo, observando-se o prazo de prescrição do compromisso de retirada.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão do Plano, constituídos com os recursos provenientes das destinações de Reserva Especial para Revisão do Plano nos exercícios de 2010, 2011 e 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2016, sem que haja impacto ao equilíbrio do Plano. Os recursos deste fundo serão utilizados na redução das contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras e, uma vez que esta decisão não alcança os participantes assistidos pelo Plano, a ReckittPrev promoverá a melhoria de benefícios, conforme previsão regulamentar.

O Fundo Administrativo corresponde a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

8. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	31/12/2014	Constituição no exercício	31/12/2015
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	30.857	(132)	30.725
Benefícios a Conceder	49.614	3.109	52.723
Total de Provisões Matemáticas	80.471	2.927	83.448
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	7.602	(2.008)	5.594
Reserva Especial para Rev. do Plano	236	2.828	3.064
Total do Equilíbrio Técnico	7.838	820	8.658
Fundos			
Previdencial	1.035	4.084	5.119
Administrativo	147	190	337
Total de Fundos	1.182	4.274	5.456

8.1. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social foram:

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,56% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	3% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Baseada na idade do Participante: (2/idade do participante) - 0,04 x 400%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%, segregada por gênero
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944
Outras hipóteses biométricas utilizadas	O participante tem 100% de probabilidade de optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido no desligamento.

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de

Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 e rendas vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido



implica na redução gradativa da parcela do Patrimônio para Cobertura do Plano exposta a riscos (cerca de 34% em 31/12/2015).

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos concentram-se na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

Em função dos estudos efetuados pela Mercer, que demonstram ser possível a utilização na avaliação atuarial para fechamento do exercício de 2015, de uma taxa de juros no valor de até 5,56% a.a, a taxa real anual de juros foi alterada de 4,20% a.a. para 5,56% a.a..

Excetuada as alterações na hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios II encontram-se arquivadas na Entidade à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

9. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e do fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

10. IMPOSTO DE RENDA, PIS E COFINS

a) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, no qual o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos participantes do Plano da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art.5º da referida Lei, ficam dispensados da retenção na fonte e do pagamento em separado do impos-

to de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos Planos de Benefícios de entidade de previdência complementar.

b) PIS e COFINS

A Entidade recolhe o PIS (0,65%) e o COFINS (4%), em conformidade com a legislação em vigor, sendo a sua base de apuração, em sua totalidade sobre as receitas administrativas.

11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

12. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015:

Código	Conta	Valor
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	237
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	237

Rosa Herminia Storoli dos Santos
Diretora
 CPF: 607.382.608-78

Marcos Antonio Domingues
Diretoria Executiva – AETQ
 CPF: 815.239.558-72

Mauricio Utiyama
Diretor Superintendente
 CPF: 053.263.878-67

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador | CRC 1SP-221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Aos 25 dias do mês março do ano de 2016, às 09,00 horas na sede da Entidade, reuniu-se a Diretoria Executiva da RECKITT BENCKISER – Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Superintendente, Sr. Mauricio Utiyama, que indicou a mim, Rosa Herminia Storoli dos Santos para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios (CNPB nº19.990.039-18)administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2015, e plano de custeio para o exercício de 2016, para posterior apresentação ao Conselho Deliberativo da Entidade; b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA (consolidado) e respectivas Notas Explicativas, para posterior apresenta o aos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade; e c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   aprecia o e aprova o da Diretoria Executiva os principais resultados obtidos na avalia o atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2015, e o plano de custeio para o exercício de 2016, constantes do Parecer Atuarial, elaborado

pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, após o que, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprova o daquele colegiado. Prosseguindo, a Diretoria Executiva deliberou submeter   aprecia o dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, destacando que as Demonstra es Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstra es. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

São Paulo, 25 de março de 2016.

Mauricio Utiyama
Diretor Superintendente

Marcos Antonio Domingues
Diretoria Executiva – AETQ

Rosa Herminia Storoli dos Santos
Diretora Executiva

Rosa Herminia Storoli dos Santos
Secretária

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos 28 dias do mês março do ano de 2016, às 09,00 horas, na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Fiscal da ReckittPrev Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente deste Conselho Fiscal, Sr. Carlos José dos Santos que indicou a mim, Maria de Lourdes Jorge para secretariá-los. Na conformidade da Ordem do Dia, o Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31/12/2015, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme parecer que delas faz parte integrante. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

São Paulo, 28 de março de 2016.

Carlos José dos Santos

Presidente

Maria de Lourdes Jorge

Conselheira

Aline Kirsch

Conselheira

Maria de Lourdes Jorge

Secretária

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos 28 dias do mês de março 2016, às 17,00 horas na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Deliberativo da RECKITT BENCKISER – Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, Sr. Eduardo Gomes Braga de Magalhães, que indicou a mim, Jefferson Ferreira Tenca, para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: **a) Resultados** obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, CNPB nº 19.990.039-18, administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2015, e plano de custeio para o exercício de 2016; **b)** Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios DPGA – (consolidado) e respectivas Notas Explicativas; e **c)** outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os principais resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2015, e o plano de custeio para o exercício de 2016, constantes do Parecer Atuarial, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., aprovados pela Diretoria Executiva da Entidade, em Reunião Ordinária,

datada de 25 de março de 2016, e ora apresentados a este colegiado. Após tomar conhecimento do conteúdo da documentação, o Conselho aprovou o seu inteiro teor, inclusive no que se refere ao plano de custeio previsto para o exercício de 2016. Adicionalmente, foi aprovada a utilização dos recursos registrados em Fundo de Reversão para cobertura das contribuições da Patrocinadora. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, apresentados pela Diretoria-Executiva, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações, assim como examinadas pelo Conselho Fiscal da Entidade, em Reunião Ordinária realizada em 28 de março de 2016, as 09,00 hs. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Entidade. Os documentos objeto das deliberações, supramencionados nos itens “a” e “b” da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Entidade. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata,

a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada, pelos senhores Eduardo Gomes Braga de Magalhães, Rodrigo Iwanicki, Eliana Aparecida Fazzio, suplente do Conselho Deliberativo em substituição ao Conselheiro Efetivo Flavio Fiusa Kakimoto que se encontra fora da patrocinadora em razão viagem profissional e por mim Jefferson Ferreira Tenca.

São Paulo, 28 março de 2016.

Eliana Aparecida Fazzio
Conselho Suplente em substituição à
Flávio Fiusa Kakimoto

Eduardo Gomes Braga de Magalhães
Presidente

Rodrigo Iwanicki
Conselho Deliberativo

Jefferson Ferreira Tenca
Secretário



ReckittPrev - Reckitt Benckiser - Sociedade Previdenciária
Rodovia Raposo Tavares, 8015 - km 18 - São Paulo - SP
www.reckittprev.com.br